



## **Liberdade de Imprensa x Liberdade de Empresa<sup>1</sup>**

Manuela GHIZZONI<sup>2</sup>

Willian Marcondes BRESSAN<sup>3</sup>

Elza Aparecida de Oliveira FILHA<sup>4</sup>

Universidade Positivo, Curitiba, PR

### **RESUMO**

Este trabalho analisa o tema liberdade de imprensa x liberdade de empresa. A proposta é verificar até que ponto há uma imprensa sem restrições e amplamente democrática. Para isso, faz um estudo de caso das matérias sobre a denúncia de lavagem de dinheiro feita pelo Ministério Público de São Paulo contra a Igreja Universal do Reino de Deus e a Rede Record nos seguintes veículos impressos: Correio do Povo (ligado à Rede Record e à Igreja Universal do Reino de Deus) e Diário Catarinense (ligado à Rede Globo).

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo, liberdade de imprensa, liberdade de empresa, Rede Record x Rede Globo.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 17 a 19 de maio de 2010.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 3º. Semestre do curso de Jornalismo da Universidade Positivo, email: [manuelaghizzoni@hotmail.com](mailto:manuelaghizzoni@hotmail.com).

<sup>3</sup> Estudante de Graduação 3º. semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Positivo, email: [wbressan@gmail.com](mailto:wbressan@gmail.com)

<sup>4</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Positivo, email: [elza@up.edu.br](mailto:elza@up.edu.br)



## 1. INTRODUÇÃO

O jornalismo está em transformação nas últimas décadas, tanto em relação à liberdade de imprensa quanto à forma de se fazer notícia. O que antes era uma imprensa preocupada com questões políticas, aos poucos foi se tornando uma empresa. Essa mudança trouxe a necessidade de inovações tecnológicas, que ocorreram principalmente no século XIX. Como indica Fonseca:

Durante o século XIX o aprimoramento das técnicas de impressão, a evolução dos meios de comunicação, de transporte e a ampliação do público leitor com a difusão da alfabetização contribuíram para o aumento da produção de periódicos (FONSECA, 2008, p.61).

No Brasil, essas transformações já podem ser observadas no final do século XIX através do *Jornal do Brasil*, que começou a se aproximar mais do público, dando destaque às notícias de interesse da população e demonstrando preocupação com o aspecto gráfico do jornal. Em uma análise feita por Leticia Fonseca, percebeu-se que “muitas das seções passaram a ser ilustradas. O uso da imagem colaborou enormemente para a nova apresentação gráfica do *Jornal do Brasil* e passou a ser parte importante da edição” (FONSECA, 2008, p.93).

No entanto, uma das transformações mais importantes que um jornal brasileiro já efetuou, influenciando posteriormente outros periódicos, foi realizada pelo jornal *Folha de S. Paulo* que implantou, nos anos 80, em sua redação o *Projeto Folha*. De acordo com Arbex Jr. a implantação do projeto “introduziu no Brasil, em ritmo acelerado, uma lógica empresarial que a moderna imprensa capitalista construiu ao longo de várias décadas nos Estados Unidos e na Europa” (ARBEX JR, 2001, p.141)

A reforma da *Folha de S. Paulo* se deu tanto em aspectos ideológicos como tecnológicos. O veículo foi o primeiro no Brasil a adotar o terminal de computador na redação, permitindo assim que o jornal estabelecesse uma prática industrial na produção de notícias.

Além das novas tecnologias, houve também a criação de um Manual de Redação no qual verbetes falavam sobre a postura ideológica do veículo, como os profissionais deveriam se portar ideologicamente, além de tentar impor o ritmo industrial aos jornalistas.



José Arbex Jr. cita no livro *Showrnlismo* algumas considerações que a professora da Universidade do Estado de São Paulo (USP), Marilena Chauí, faz a respeito do manual de redação e a relação entre autoritarismo e liberalismo no Brasil, onde este último é apenas ilusório.

A sociedade brasileira é fortemente autoritária em suas práticas sociais, políticas e econômicas, marcada por relações de privilégios, favores, clientela, dependência pessoal e de hierarquia de mando e obediência, desconhecendo na política o exercício da representação e na vida social o princípio da igualdade jurídica entre os cidadãos (CHAUÍ apud ARBEX JR, 2001, p.164).

Dessa forma, a tentativa da Folha de S. Paulo em seu projeto de implantar a ideia de que seria um jornal liberal é falha, afinal “não há como pretender a existência de um jornalismo liberal em uma sociedade autoritária” (ARBEX JR, 2001, p.165).

Com esse pensamento Marilena Chauí levanta a questão sobre as liberdades democráticas no Brasil, onde muitas vezes os interesses econômicos e políticos afetam a sociedade e os meios que ela possui para ser ouvida e se informar, como é o caso dos meios de comunicação.

Para a elaboração deste trabalho, contamos com uma fundamentação teórica e um estudo de caso, unindo a teoria à prática, ou seja, a práxis.

## **2. JUSTIFICATIVA**

O caso escolhido para a análise foi um dos maiores escândalos de 2009: a suspeita de fraude fiscal realizada pela Igreja Universal do Reino de Deus. Entre os principais acusados está o bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal.

Um dos fatores principais para a escolha do caso é a posse por parte da Igreja Universal de uma das principais emissoras de televisão brasileira, a Record. Através da emissora, a IURN detém diversos meios de comunicação, incluindo jornais e rádios, além de outro canal de televisão, a Rede Mulher. Segundo informações disponibilizadas pela revista *Veja*, o bispo Edir Macedo é dono de 90% da Rede Record, o que mostra um grande envolvimento entre a Igreja e a emissora de televisão. Ao todo, a Record possui 142 veículos de comunicação no Brasil. O crescimento da sua presença nos meios de comunicação coloca a Record como uma das principais concorrentes da poderosa Rede Globo, detentora de 340 veículos midiáticos em todo o país.



### **3. IMPOSIÇÃO DE VALORES E TEORIA DO AGENDAMENTO**

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (2003) classifica a imposição de valores exercida pela mídia como uma violência simbólica. Durante esse processo, a classe dominante impõe sua cultura à classe dominada de uma forma sutil e dissimulada, onde a classe oprimida não consegue notar essa dominação. O pensamento racionaliza o funcionamento da sociedade, principalmente visada pela expansão de novas formas da dominação social. Dessa forma, a maioria da população sofreria a influência de uma pequena elite, a dos formadores de opinião, coisa que se mantém nos dias hoje.

Na década de 1920, a hipótese de uma relação casual entre a agenda midiática e a agenda pública foi aventada por Walter Lippmann, mas o enunciado mais conhecido foi sugerido por Conhen: “Embora a imprensa, na maioria das vezes possa não ser bem sucedida ao indicar às pessoas como pensar, é espantosamente eficaz ao dizer a seus leitores sobre o que pensar” (citado por McCombs e Shaw, 2000:49)

Ao investir em uma forte cobertura no caso, os veículos aqui analisados levantaram uma discussão de âmbito nacional sobre o papel da imprensa, uma vez que vários jornais divulgaram a notícia, com exceção dos que são mantidos pela Rede Record e, conseqüentemente, pela Igreja Universal do Reino de Deus.

### **4. JORNALISMO COMERCIAL E MONOPOLISTA**

Com a modernização dos meios de comunicação nas últimas décadas, os veículos tiveram que procurar uma forma de obter renda e prosseguir com o avanço tecnológico em suas redações. Uma das maneiras encontradas para isso foi a venda de espaços dos jornais para publicidades, que com o tempo se tornaram a principal fonte de renda dos veículos de comunicação.

Ainda que a publicidade permita ao jornal pagar suas contas e funcionários, cria uma dependência do veículo midiático em relação aos seus patrocinadores, fazendo com que o meio de comunicação muitas vezes oculte notícias e escândalos que possam prejudicar as empresas anunciantes.



Além da venda de anúncios, outro fenômeno que se observou a partir da década de 80 no jornalismo foi a monopolização de setores como rádio, televisão e mídia impressa por poucas empresas. Segundo Noam Chomsky, citado por José Arbex Jr,

Os maiores órgãos de imprensa são empresas enormes que integram conglomerados ainda maiores. São estreitamente integrados com o nexo Estado-privado que domina a vida econômica e política. Como outras empresas, que vendem um produto a um mercado. Seu mercado é composto por outras empresas (anunciantes). O produto que vendem é a audiência. (CHOMSKY, 1997 apud ARBEX, 2002, p.58).

Devido a essa monopolização da informação, começam a surgir debates sobre a questão da liberdade de imprensa, pois atualmente, o público está recebendo notícias selecionadas por grupos privados, o que distorce a noção de liberdade de imprensa.

Um dos princípios básicos que rege um regime democrático, no qual o povo é o eixo central, é a liberdade de imprensa, como define o Código de Ética da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ): “O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse”. Segundo a Constituição de 1988, a liberdade de imprensa é um direito humano inalienável. A própria Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, afirma que o “exercício da liberdade de opinião, da liberdade de expressão e da liberdade de informação, reconhecido como parte integrante dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, constitui um fator essencial do fortalecimento da paz e da compreensão internacional.” (KARAM, 1997, p.75).

Entre as funções sociais do jornalismo está a transferência de informações claras e objetivas para a sociedade, utilizando fontes e notícias verdadeiras, dando assim continuidade à democracia. Para que essa ação seja bem-sucedida é necessário que o jornalismo esteja livre das amarras da censura e livre também de instituições políticas.

No âmbito jornalístico, prefere-se utilizar o termo “independência editorial”, como explica o autor Eugenio Bucci:

Independência editorial, portanto, significa manter a autonomia para apurar, investigar, editar e difundir toda informação que seja de interesse público, o interesse do cidadão, e não permitir que nenhum outro interesse prejudique essa missão (BUCCI, 2000, p. 56).

Para Bucci (2000), há “uma busca pela independência”, o que de certa forma unifica as empresas jornalísticas, mesmo elas sofrendo pressão dos anunciantes, do



governo e de outros agentes sociais. O autor faz uma relação entre credibilidade e lucro: “Numa sociedade em que a informação jornalística, além de um direito do cidadão, circula também como mercadoria, seria ingenuidade supor que a credibilidade não fosse fator de lucro”. (BUCCI, 2000, p. 73)

Para que essa ação seja bem-sucedida é necessário que o jornalismo esteja livre das amarras da censura e livre também de instituições políticas. Segundo Alberto Dines no livro *O Papel do Jornal*, “a imprensa só pode existir no regime da livre iniciativa(...) A detenção dos órgãos de comunicação pelo poder político invalida-os, como neutralizador desse poder sua razão de ser.” (DINES, 1986, p.109)

De acordo com Bucci (2000), existem duas ordem distintas de forças que podem golpear a independência. Uma deles é externa, que se origina no poder político e tem como alvo a liberdade de imprensa. A segunda força reside no interior mesmo da imprensa, e sua primeira manifestação é o conflito de interesses.

## **5. O CASO DA IGREJA UNIVERSAL**

A Justiça de São Paulo aceitou denúncia, no dia 10 de agosto de 2009, contra o bispo Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, e outras nove pessoas por suposta formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Segundo o Ministério Público, com o objetivo de adquirir empresas de comunicação e outros bens, o grupo usava dinheiro doado por fiéis da Igreja Universal. Os recursos, de acordo com o Ministério Público, eram enviados ao exterior e voltavam ao Brasil por meio de empresas de fachada. A denúncia sustentava que os réus integram um grupo que supostamente remetia dinheiro obtido de doações de fiéis da igreja para duas empresas: a Unimetro Empreendimentos S/A e a Cremo Empreendimentos S/A.

Esse esquema garantia que os recursos retornassem ao Brasil em forma de contratos de mútuo celebrados com intermediários que fazem parte do grupo acusado, e fossem utilizados na compra de empresas de comunicação, como a Tv Record, adquirida pela Igreja Universal do Reino de Deus em 9 de novembro de 1989.<sup>5</sup>

A denúncia foi divulgada pelo jornal Folha de S. Paulo, e mereceu amplo destaque também em O Globo, O Estado de S. Paulo, além do Diário Catarinense, da

---

<sup>5</sup> Dado obtido em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Rede\\_Record](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rede_Record)



revista Veja, e de reportagens com estrondosos 10 minutos no principal telejornal da Globo<sup>6</sup>, o Jornal Nacional.

Além de reacender a briga por audiência entre as duas emissoras, o caso também suscitou a discussão sobre o tema deste trabalho, visto que a notícia não foi divulgada no jornal Correio do Povo ligado à Rede Record, que, no dia seguinte à matéria publicada pelo Diário Catarinense, da afiliada RBS, publicou um texto que pode ser considerado manipulador, acusando a Rede Globo de antigos casos como apoiar a ditadura e outras “histórias”.

## **6. LIBERDADE DE IMPRENSA X LIBERDADE DE EMPRESA**

Porém, até que ponto os jornalistas têm liberdade de informarem a sociedade sobre a realidade? Para enfrentar esta questão, José Arbex cita as discussões realizadas por intelectuais, jornalistas e professores universitários sobre a liberdade que o dono do veículo tem de publicar certas informações. Segundo ele, “liberdade de imprensa é confundida com liberdade de empresa.” (ARBEX JR, 2002, p. 109)

José Afonso da Silva explica a diferença entre os dois termos:

A liberdade de informação não é simplesmente a liberdade do dono da empresa jornalística ou do jornalista. O dono da empresa e o jornalista têm um direito fundamental de exercer sua atividade, sua missão, mas especialmente têm um dever. Reconhece-se-lhes o direito de informar ao público os acontecimentos e ideias, mas sobre eles incide o dever de informar à coletividade de tais acontecimentos e ideias objetivamente, sem alterar-lhes a verdade ou esvaziar-lhes o sentido original. (SILVA apud MORETZOHN, 2009).

A liberdade de empresa, nesse caso, seria a capacidade dos grandes conglomerados de comunicação de “filtrar” e publicar notícias que estejam de acordo com seus interesses e suas ideologias políticas, além é claro, de evitar reportagens que possam prejudicar seus anunciantes, como já foi citado anteriormente. Além da relação com os anunciantes, o próprio autor, José Arbex Jr, que já foi jornalista da Folha de S. Paulo afirma: “Em quarenta anos de jornalismo nunca vi liberdade de imprensa. Ela só é possível para os donos de jornal.” (ARBEX JR, 2002, p. 112)

A afirmação de Arbex Jr é reforçada por José Joaquim Gomes Canotilho:

---

<sup>6</sup> <http://www.youtube.com/watch?v=GFBm9VusYsg>



A liberdade interna de imprensa (...), que implica a liberdade de expressão e criação dos jornalistas bem como sua intervenção na orientação ideológica dos órgãos de informação (...), pode considerar-se em colisão com o direito de propriedade das empresas jornalísticas. (CANOTILHO apud MORETZSOHN, 2009).

Dessa forma, com o intuito de comprovar a tese de que prevalece a liberdade de empresa em relação à liberdade de imprensa, foi realizada uma análise de caso da suposta fraude cometida por Edir Macedo e outros dirigentes da Igreja Universal do Reino de Deus, observando a repercussão do mesmo em diversos meios impressos, como revistas e jornais, provenientes de diferentes estados e posições ideológicas. Através da análise, será possível observar como algumas corporações dos meios de comunicação brasileiros utilizam a notícia em benefício próprio, seja para intimidar e depreciar concorrentes ou aumentar sua audiência.

## **7. ANÁLISE DO CASO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS**

O primeiro meio de comunicação analisado foi o jornal de Santa Catarina, intitulado Diário Catarinense. O impresso é um dos veículos pertencentes ao grupo RBS (Rede Brasil Sul), uma rede de comunicação que atua nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de ser um dos principais afiliados da Rede Globo.

No Diário Catarinense foi observado que na quarta-feira, dia 12 de agosto de 2009, o jornal cedeu uma página inteira da editoria “Geral” ao assunto sobre a Igreja Universal (anexo 1). Além do texto, oriundo de agência de notícias de São Paulo, foram usados infográficos explicando todo o processo de lavagem de dinheiro realizado pela Universal, evidenciando a tentativa de chamar a atenção do leitor para a reportagem. O jornal também deixou de mostrar o outro lado da história, utilizando apenas uma resposta que o advogado dos acusados concedeu ao jornal Folha de S. Paulo.

Em alguns trechos da matéria é possível observar a desconfiança se as doações eram recebidas pela IURD, como no seguinte fragmento: “A Universal aceitava cheques, carros e outros bens como doação.” (DIÁRIO CATARINENSE, 2009)

O mesmo foi observado no jornal A Notícia, também pertencente ao grupo RBS. O veículo, no dia 12 de agosto, estampou a mesma matéria em uma página da editoria “Geral”. Porém, desta vez o texto contou com as duas versões da história, mostrando a





defesa feita pelo advogado do principal acusado, o bispo Edir Macedo e informações mais detalhadas sobre as denúncias.

Em contraponto ao Diário Catarinense, o jornal de Porto Alegre (RS), Correio do Povo, vinculado à Rede Record, não divulgou nenhuma informação sobre a fraude da Igreja Universal nos exemplares analisados de 10 a 15 de agosto de 2009. Ao contrário, deu início a uma série de matérias na tentativa de denunciar antigos casos envolvendo a Rede Globo.

No dia 13 de agosto de 2009, o Correio do Povo publicou uma matéria comentando a reportagem que a própria Record veiculou em seu telejornal noturno, no dia anterior, sobre o envolvimento da Rede Globo com o período da ditadura militar no Brasil.

A seguir está um trecho presente no veículo analisado, onde são observadas graves denúncias sem que nenhuma fonte seja citada:

Democracia nunca foi o forte da Globo', afirmou o 'Jornal da Record'. 'O poder da família Marinho teve origem com a ditadura militar. A organização, que já tinha jornal e rádio, apoiou os ditadores em troca de sinal verde para a ilegalidade', frisou a Record. (CORREIO DO POVO, 2009)

No final da matéria, há uma espécie de resposta feita pela Igreja Universal às denúncias sobre as fraudes fiscais, onde se observa uma tentativa de minimizar o problema falando dos projetos sociais realizados pela própria igreja.

As doações financeiras, espontâneas, têm origem legal. Custeiam centenas de projetos beneficentes no Brasil: ressocialização de presidiários, menores infratores, moradores de rua e drogados. Em mais de 130 cidades, o movimento Força Jovem ajuda adolescentes a deixarem o vício. No esporte, 54 mil jovens são apoiados no Nordeste, 23 mil no Norte, 37 mil no Sul e Centro-Oeste e 151 mil no Sudeste. (CORREIO DO POVO, 2009)

No dia seguinte, 14 de agosto, o Correio do Povo voltou a comentar sobre reportagens veiculadas no Jornal da Record. Dessa vez, há uma chamada na capa do jornal sobre a matéria que expõe fraudes fiscais e repressões supostamente realizadas pela Rede Globo.

O interesse de prejudicar a concorrente é motivado principalmente pela forte disputa pela audiência existente entre as duas emissoras. Nos últimos meses, a Rede



Record vem chamando a atenção de sua adversária por muitas vezes ter chegado ao primeiro lugar de audiência. Esse motivo é implícito no seguinte trecho da matéria:

*A emissora, que perde audiência para a Record (grifo nosso), foi acusada de desviar dinheiro público da Caixa Econômica Federal para construir o Projac, central de novelas no Rio de Janeiro. Ganhou empréstimo de 40 milhões de dólares, 'um ato ilegal'. Como permissionária de um serviço público, a Globo não poderia obter o crédito como determinou parecer técnico do próprio banco. Mas a Globo levou o dinheiro da Caixa. (CORREIO DO POVO, 2009).*

O que se nota na entrevista com o bispo Edir Macedo e a publicação de uma reportagem sobre ela é a falta de imparcialidade (ou pelo menos uma tentativa) que a Record e filiados possuem. Em nenhum momento, responsáveis pela Rede Globo foram contatados para que pudessem rebater as acusações proferidas pela concorrente Record sobre, por exemplo, a ligação com a ditadura militar nos anos 70.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a fundamentação teórica, aprendemos que existe diferença entre liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Enquanto a primeira está condicionada a todos os cidadãos de um país, a segunda relaciona-se ao fato de um jornal poder publicar uma reportagem sem sofrer qualquer pressão externa e até mesmo interna, de forma a levar a informação ampla, objetiva e imparcial ao público.

Também pudemos apreender que a maneira de se fazer jornalismo, e até mesmo a construção da notícia, sofreu inúmeras mudanças ao longo dos anos. A imprensa deixou de atender aos anseios populares, para se transformar em um simples meio de transmissão de informação do governo e de terceiros. Dessa forma, sua função de “quarto poder” perdeu a força.

No estudo de caso, verificou-se que existe a predominância da liberdade de empresa, ou seja, a instituição decide o que pode ou não ser publicado no seu veículo de comunicação. O jornalismo, então, acaba não atendendo ao modelo de divisão igreja x



estado, proposto por Lance, em que consiste na divisão da redação no comercial (estado) e no jornalismo (igreja)<sup>7</sup>.

Isso tudo é resultado do jornalismo monopolista, que acontece desde o início da transmissão e da concessão da televisão no Brasil. No princípio, existia apenas a Tv Tupi, que depois faliu e deu espaço à Rede Globo, cujo monopólio reinou absoluto até meados dos anos 2000, quando a Rede Record assumiu uma forte postura de ser uma opção à primeira. Entretanto, a segunda também está atrelada a interesses comerciais e financeiros, afinal é mantida pela Igreja Universal do Reino de Deus, e não divulga com clareza e objetividade as notícias ao seu público, da mesma forma em que a Rede Globo as veicula com o interesse de ferir a credibilidade da sua concorrente.

Nota-se que o dever jornalístico não foi preservado, uma vez que, a empresa, detentora do jornal, decidiu que não publicaria algo que tivesse efeito negativo contra ela, ferindo a ética dos jornalistas, do jornalismo, e da democracia.

## REFERÊNCIAS

**A Notícia.** Versão digital. 2009. Disponível em: < <http://www.clicrbs.com.br/anoticia/> > .Acesso em: 13/11/09

ARBEX JR, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo.** 2 ed. São Paulo: Casa Amarela, 2002. 289 p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

BUCCI, Eugenio. **Sobre ética e imprensa.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

**Correio do Povo.** Edição anterior no sítio. 2005. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/>>. Acesso em: 12/11/09.

**Diário Catarinense.** Os líderes da igreja universal. Edição de 12/08/2009.

DINES, Alberto. **O Papel do Jornal.** 6 ed. São Paulo: Summus, 1986. 157 p.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Código de Ética.** Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>> Acesso em: 12/11/09.

FONSECA, Leticia Pedruce. **A Construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX.** Rio de Janeiro, 2008. Monografia (Pós-graduação em Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

---

<sup>7</sup> O método foi proposto pelo editor da Revista Times no início da década de 50 e consiste apenas em uma forma de se trabalhar.



KARAM, Francisco José. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. 54 ed. São Paulo: Summus Editorial, 1997. 147 p.

MORETZSOHN, Sylvia. **Mistificações em torno da liberdade abstrata**. Disponível em:<[http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=4849](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=4849)> Acesso em: 17/11/09.

## ANEXO A – REPORTAGEM DO JORNAL DIÁRIO CATARINENSE

| 24 | Geral >

DIÁRIO CATARINENSE > QUARTA-FEIRA | 12 | AGOSTO | 2009

**Na Justiça** MP denuncia bispo Edir Macedo e nove integrantes da cúpula

# Os líderes da Igreja Universal se tornam réus

São Paulo

### As empresas

A Justiça de São Paulo acusou, na segunda-feira, a denúncia contra o bispo Edir Macedo e outras nove pessoas ligadas à Igreja Universal do Reino de Deus por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro.

Segundo o Ministério Público Estadual (MPE), eles são acusados de integrar um esquema envolvendo empresas de fachada, que remetia ao exterior dinheiro obtido com doações de fiéis.

Esse dinheiro, depositado em paraísos fiscais, voltava ao Brasil em forma de contratos utilizados para a aquisição de empresas.

A acusação formal foi oferecida no último dia 5 pelo MPE, por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Núcleo São Paulo, e recebida pelo juiz da 9ª Vara Criminal da capital paulista.

Além de Edir Macedo, foram denunciados Alba Maria da Costa, Edilson da Conceição Gonzales, Honorilton Gonçalves da Costa, Jerônimo Alves Ferreira, João Batista Ramos da Silva, João Luís Dutra Leite, Maurício Albuquerque e Silva, Osvaldo Sciorilli e Veríssimo de Jesus.

De acordo com a denúncia, Edir Macedo e os demais acusados há aproximadamente 10 anos vêm se utilizando da igreja para a prática de fraudes.

Durante as investigações, os promotores conseguiram localizar milhares de depósitos em dinheiro em favor da Igreja Universal. Somente no período entre março de 2003 e março de 2008, esses depósitos somaram R\$ 3,9 bilhões, de acordo com o MPE.

Levantamento feito pelo MPE e pela Polícia Civil, com base em dados bancários e fiscais obtidos judicialmente, mostra que a Igreja Universal movimentava aproximadamente R\$ 1,4 bilhão por ano no Brasil, dinheiro arrecadado por meio do pagamento de dízimo por seus

4 empresas de participação
3 jornais
2 financeiras
2 gráficas
1 agência de turismo
1 imobiliária
1 empresa de seguro de saúde
1 gravadora
1 produtora de vídeos
1 construtora
1 fábrica de móveis
1 empresa de taxi aéreo

milhares de fiéis espalhados por 4,5 mil templos, instalados em 1,5 mil cidades do país.

Na denúncia, o MPE destaca que Edir Macedo e outros bispos destinavam grande parte de sua pregação à coleta do dízimo, enfatizando a necessidade de a igreja angariar recursos para a compra de óleos santos de Israel, o financiamento de novos templos e o pagamento de pregações nas rádios e redes de tevê.

A Universal aceitava cheques, carros e outros bens como doação.

Ainda segundo a denúncia, Edir Macedo e os outros denunciados se

aproveitaram da imunidade tributária estabelecida pela Constituição para templos religiosos e passaram a utilizar a Igreja Universal para benefício próprio, captando os valores dos dízimos, ofertas e contribuições dos fiéis e investindo-os em bens particulares, como imóveis, veículos ou joias.

Para os promotores, ficou comprovado que o dinheiro das doações era desviado para atender a interesses particulares dos denunciados.

A Igreja Universal começou em julho de 1977, improvisada em um coreto no Jardim do Meier, no Rio. Depois de 32 anos, está presente em 176 países no mundo. A ideia de Edir Macedo conquistou adeptos rapidamente. Nos anos 1980, ele já havia construído templos em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Bahia.



Edir Macedo

### O que o Ministério Público apurou

O Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado de São Paulo acusa os 10 executivos pela prática dos crimes de:

• **Lavagem de dinheiro** (Lei 9.613/96, art. 1º)  
 Prestar serviço financeiro com o fim de encobrir a real origem de dinheiro ou de outro bem

• **Formação de quadrilha** (Código Penal, artigo 288)  
 Associação de pelo menos quatro pessoas com a finalidade de cometer crimes

### O QUE ESTÁ EM JOGO

As igrejas não pagam impostos porque usam suas receitas no exercício da fé, protegido pela Constituição. Se o dinheiro oriundo da fé é usado para comprar empresas, que visam o lucro, a imunidade tributária está sendo burlada. Esse desvio de finalidade configuraria crime contra os fiéis e contra a própria igreja



### Contraponto

#### O que disse Arthur Lavigne, advogado da Igreja Universal do Reino de Deus, à Folha de S.Paulo

O defensor afirmou que as empresas apontadas pelo Ministério Público como fachada para a movimentação do dinheiro já foram fiscalizadas pela Receita Federal e tiveram suas contas aprovadas. Lavigne apresentou um Termo de Encerramento de Fiscalização da Receita Federal em que está descrita a movimentação, referente ao ano de 2005, de quatro contas da Cremo

Empreendimentos SA nos bancos do Brasil, Safra, Rural e Bradesco. O documento é assinado pela auditora Lana Torres de Santana. Sua conclusão é a de que "foi comprovada a origem dos recursos depositados em conta corrente".

O documento descreve 22 movimentações financeiras que atingem, somadas, o valor de R\$ 9.098.995,60. Lavigne não apre-

sentou o mesmo documento em relação à Unimetro, embora a fiscalização tenha sido feita.

Para o advogado, a nova denúncia do Ministério Público é "assunto requestrado", por se referir às empresas investigadas no inquérito arquivado no STF em 2006. Ele disse que a igreja é alvo de perseguição por parte do Ministério Público.



## ANEXO B – REPORTAGEM DO JORNAL CORREIO DO POVO



# CORREIO DO POVO

ANO 114 Nº 317 - PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2009

### Colunas

Editorial  
Nosso Colaborador  
Do Leitor  
Juremir Machado da Silva  
Há um século no Correio do Povo  
Taline Oppitz  
Denise Nunes  
Hiltor Mombach

### Matérias

Capa  
Política  
Ensino  
Internacional  
Economia  
Geral  
Especial  
Carros&Motos  
Rural  
Polícia  
Esportes  
Tempo e clima

### CORREIO DO POVO

PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2009

## O 'outro lado' da Globo é exposto Rede Record apresentou manipulações dos Marinho

Uma história de décadas de manipulações, acordos espúrios, perseguições e golpes contra a democracia aplicados pela Rede Globo, comandada pela família Marinho, foi apresentada ontem à noite pela Rede Record aos brasileiros. Respondendo aos ataques contra a Igreja Universal e a seus representantes, o 'Jornal da Record' mostrou o outro lado da Globo. Nem o presidente Lula foi poupado pela Globo. Edição tendenciosa do debate em 1989 levou o então candidato adversário Collor de Mello à vitória. Depois foi na reeleição de Lula, em 2006, com a publicação de fotos de dinheiro, vetadas pela Polícia Federal, para comprar suposto dossiê do PT contra candidatos do PSDB.

'Democracia nunca foi o forte da Globo', afirmou o 'Jornal da Record'. 'O poder da família Marinho teve origem com a ditadura militar. A organização, que já tinha jornal e rádio, apoiou os ditadores em troca de sinal verde para a ilegalidade', frisou a Record.

Todos os ataques da Globo à Universal - Igreja neopentecostal, um movimento de fé surgido no século passado nos EUA - foram respondidos. As doações financeiras, espontâneas, têm origem legal. Custeiam centenas de projetos beneficentes no Brasil: ressocialização de presidiários, menores infratores, moradores de rua e drogados. Em mais de 130 cidades, o movimento Força Jovem ajuda adolescentes a deixarem o vício. No esporte, 54 mil jovens são apoiados no Nordeste, 23 mil no Norte, 37 mil no Sul e Centro-Oeste e 151 mil no Sudeste.

REPRODUÇÃO / RICARDO GIUSTI



Ações sociais da Record foram incluídas na resposta dada ontem aos ataques da Globo